

|                    |  |      |                                  |                               |                              |
|--------------------|--|------|----------------------------------|-------------------------------|------------------------------|
| Processo           | RO - 7141/98                           |      | <a href="#">Ver Inteiro Teor</a> | <a href="#">Ver Andamento</a> | <a href="#">Ver Sentença</a> |
| Data de Publicação | 01/02/2000                             | DJMG | Página: 6                        |                               |                              |
| Órgão Julgador     | Terceira Turma                         |      |                                  |                               |                              |
| Relator            | Convocada Maria Cecília Alves Pinto    |      |                                  |                               |                              |
| Revisor            | Maria José Castro Baptista de Oliveira |      |                                  |                               |                              |
| Tema               | AÇÃO CIVIL PÚBLICA - FINALIDADE        |      |                                  |                               |                              |

**EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA. FINALIDADE.** O fim maior da ação civil pública na Justiça do Trabalho é exatamente a **tutela do ordenamento jurídico vigente**, agindo o Ministério Público em defesa dos interesses coletivos relacionados ao desrespeito dos direitos trabalhistas garantidos pela Constituição da República. Assim é que, se as medidas extrajudiciais tomadas não foram capazes de fazer cessar as inúmeras infrações constatadas, compete a esta Justiça determinar que o réu cumpra as obrigações de fazer e não fazer que resultam, em última análise, no cumprimento da ordem jurídica pátria.

|                    |  |      |                                  |                               |                              |
|--------------------|--|------|----------------------------------|-------------------------------|------------------------------|
| Processo           | 01362-2006-031-03-00-3 RO                |      | <a href="#">Ver Inteiro Teor</a> | <a href="#">Ver Andamento</a> | <a href="#">Ver Sentença</a> |
| Data de Publicação | 07/11/2007                               | DJMG | Página: 17                       |                               |                              |
| Órgão Julgador     | Oitava Turma                             |      |                                  |                               |                              |
| Relator            | Denise Alves Horta                       |      |                                  |                               |                              |
| Revisor            | Convocada Maria Cecília Alves Pinto      |      |                                  |                               |                              |
| Tema               | AÇÃO CIVIL PÚBLICA - NATUREZA PREVENTIVA |      |                                  |                               |                              |

**EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA - NATUREZA PREVENTIVA -** A ação civil pública direciona-se contra ilícitos praticados, mas, que, no entanto, originam fundados receios de sua continuação e repetição. Assim, a tutela requerida, via ação inibitória coletiva, reveste-se de natureza preventiva, com o fim jurisdicional precípuo de impedir a propagação e a reincidência do procedimento contrário ao ordenamento jurídico pátrio. Nessa linha de interpretação, a doutrina de Rodolfo de Camargo Mancuso,

no sentido de que "A tutela é concedida pelo receio em se considerar que algo mau vai acontecer, ou é provável que ocorra. A probabilidade é elemento necessário; não se pode recear o que não é possível, nem mesmo o que dificilmente aconteceria. O grau do provável é examinado pelo juiz, mas se ele mesmo tem dúvida, deve deferir o pedido de medida cautelar." (cit., in, "Ação Civil Pública na Justiça do Trabalho". Raimundo Simão Melo. 2a. ed., LTr, SP, p. 169/170). Desse modo, para atender ao princípio da efetividade da jurisdição, realizando-se essa garantia constitucional, imprescindível a utilização de tutela inibitória (com meios coercitivos, como as "astreintes", visando obstar a ocorrência ou a repetição do ilícito.

|                    |                                     |      |                      |                           |                          |
|--------------------|-------------------------------------|------|----------------------|---------------------------|--------------------------|
| Processo           | 01130-2007-069-03-00-9 RO           |      | <a href="#">Ver</a>  | <a href="#">Ver</a>       | <a href="#">Ver</a>      |
|                    |                                     |      | <a href="#">Teor</a> | <a href="#">Andamento</a> | <a href="#">Sentença</a> |
| Data de Publicação | 11/05/2009                          | DEJT | Página: 168          |                           |                          |
| Órgão Julgador     | Quinta Turma                        |      |                      |                           |                          |
| Relator            | José Murilo de Moraes               |      |                      |                           |                          |
| Revisor            | Convocada Maria Cecília Alves Pinto |      |                      |                           |                          |
| Tema               | AÇÃO CIVIL PÚBLICA - CABIMENTO      |      |                      |                           |                          |

**EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DESCUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA. INTERESSE DE AGIR. TUTELA INIBITÓRIA.**

A natureza cogente da lei, por si só, não elide a necessidade-utilidade de provimento mandamental almejado na ação civil pública, o qual, mediante a cominação de penalidades (arts. 461 do CPC, 84 do CDC e 3º da LACP), viabiliza a atuação concreta da norma supostamente preterida de forma reiterada pelo empregador. Trata-se da tutela inibitória, decorrente do inciso XXXV do art. 5º da CR, que **põe a salvo, sob o alcance do direito de ação, não só a lesão como também a mera ameaça a direito,** prevenindo a proliferação de ações individuais

voltadas à reparação de eventuais danos decorrentes do ilícito que poderia ter sido cessado pela tutela jurisdicional pretendida coletivamente.

|                    |   |      |                      |                           |                          |
|--------------------|---|------|----------------------|---------------------------|--------------------------|
| Processo           | 01369-2008-103-03-00-6 RO                 |      | <a href="#">Ver</a>  | <a href="#">Ver</a>       | <a href="#">Ver</a>      |
|                    |   |      | <a href="#">Teor</a> | <a href="#">Andamento</a> | <a href="#">Sentença</a> |
| Data de Publicação | 20/07/2009                                | DEJT | Página: 154          |                           |                          |
| Órgão Julgador     | Sexta Turma                               |      |                      |                           |                          |
| Relator            | Convocado Fernando Antonio Viegas Peixoto |      |                      |                           |                          |
| Revisor            | Anemar Pereira Amaral                     |      |                      |                           |                          |
| Tema               | AÇÃO CIVIL PÚBLICA - CABIMENTO            |      |                      |                           |                          |

**EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA. TUTELA INIBITÓRIA.** Não compadece com o direito processual moderno o entendimento de que o desrespeito a direitos dos trabalhadores não pode ser denunciado por meio de ação civil pública, mas apenas através de reclamação trabalhista individual. O processo deixou de ser visto como instrumento de mera reparação das lesões causadas ao bem jurídico tutelado para servir também como instrumento de prevenção e efetiva proteção dos interesses jurídicos. É inegável assim a relevância que ostenta a Ação Civil Pública como instrumento processual capaz de potencializar a efetividade da prestação jurisdicional. **No processo do trabalho, a ação civil pública é um veículo destinado a sanear irregularidades praticadas contra o trabalhador, sem o desgaste - inclusive econômico-financeiro - do ajuizamento de inúmeras reclamações trabalhistas para cada um dos lesados, servindo ainda como alargamento do número de operários que buscam no judiciário a satisfação de seus créditos de natureza alimentar, evitando o aumento da estatística de trabalhadores que apenas depois que perdem o emprego, ou seja, quando já não há mais possibilidade de adequação das condições laborais à previsão legal, buscam a reparação dos danos causados pelo empregador, frustrando a concretização do escopo maior do Direito do Trabalho, que não é a aplicação de sanções a "posteriori", mas sim a promoção de melhoria geral nas**

**condições de trabalho, através da observância das regras trabalhistas pelo s empregadores.**

|                    |                                   |      |                                  |                               |                              |
|--------------------|-----------------------------------|------|----------------------------------|-------------------------------|------------------------------|
| Processo           | 01924-2006-148-03-00-9 RO         |      | <a href="#">Ver Inteiro Teor</a> | <a href="#">Ver Andamento</a> | <a href="#">Ver Sentença</a> |
| Data de Publicação | 23/09/2006                        | DJMG | Página: 16                       |                               |                              |
| Órgão Julgador     | Quarta Turma                      |      |                                  |                               |                              |
| Relator            | Luiz Otávio Linhares Renault      |      |                                  |                               |                              |
| Revisor            | Convocado Vander Zambeli Vale     |      |                                  |                               |                              |
| Tema               | JORNADA DE TRABALHO - PRORROGAÇÃO |      |                                  |                               |                              |

**EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA - PRORROGAÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO PARA ALÉM DA PREVISÃO LEGAL - INOCORRÊNCIA DAS HIPÓTESES PREVISTAS EM LEI** - Nos termos do artigo 61, da CLT, o trabalho suplementar superior a duas horas diárias somente é permitido em caso de necessidade imperiosa, seja para fazer face a motivo de força maior, seja para atender à realização ou conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto. Essa norma é cogente, imperativa e traça os limites objetivos da duração da jornada de trabalho para além de uma prorrogação já tida e havida como extraordinária, restringindo-a a duas hipóteses, conforme se infere da norma supra mencionada. Dessa forma, afigura-se ilegal a exigência de trabalho além do referido limite do art. 59 - em número não excedente de duas por dia - quando demonstrado que o serviço executado não se reveste das características da necessidade imperiosa, seja: a) para fazer face a motivo de força maior; b) seja para atender à realização ou conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto. Imperioso significa o que é impreterível. Portanto, não é qualquer necessidade que autoriza a exigência do trabalho previsto nas alíneas a e b. Entende-se como força maior trabalhista todo acontecimento inevitável, em relação à vontade do empregador e para a realização do qual este não concorreu, direta ou indiretamente, sendo certo que a

imprevidência empresarial exclui a razão de força maior. No caso, a previsibilidade do trabalho, absorvido pelo núcleo produtivo empresarial, afasta a idéia de força maior, inviabilizando o provimento do recurso quanto à pretensão de reforma da decisão proferida em Ação Civil Pública, manejada pelo Ministério Público do Trabalho, para cessar o comportamento patronal contrário à legislação trabalhista.

|                    |                                |      |                      |                           |                          |                     |
|--------------------|--------------------------------|------|----------------------|---------------------------|--------------------------|---------------------|
| Processo           | 01021-2008-019-03-00-6 RO      |      | <a href="#">Ver</a>  | <a href="#">Inteiro</a>   | <a href="#">Ver</a>      | <a href="#">Ver</a> |
|                    |                                |      | <a href="#">Teor</a> | <a href="#">Andamento</a> | <a href="#">Sentença</a> |                     |
| Data de Publicação | 31/08/2009                     | DEJT | Página: 195          |                           |                          |                     |
| Órgão Julgador     | Sexta Turma                    |      |                      |                           |                          |                     |
| Relator            | Emerson José Alves Lage        |      |                      |                           |                          |                     |
| Revisor            | Anemar Pereira Amaral          |      |                      |                           |                          |                     |
| Tema               | AÇÃO CIVIL PÚBLICA - CABIMENTO |      |                      |                           |                          |                     |

**EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA - INFRINGÊNCIAS ÀS NORMAS ATINENTES AO LIMITE MÁXIMO DE HORAS EXTRAS DIÁRIAS, E AOS REPOUSOS INTER E INTRAJORNADA, E SEMANAL - CABIMENTO - LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - É cabível ação civil pública visando a obter tutela inibitória consistente em impor à empresa ré obrigação de se abster de violar as normas que estatuem limites ao sobrelabor diário, bem como a obrigatoriedade de concessão de repousos semanais a seus empregados. Na hipótese, o interesse cuja tutela é pretendida transcende o âmbito dos direitos meramente individuais e sua defesa em Juízo cabe ao Ministério Público do Trabalho que tem o dever institucional de "promover ação para a defesa de outros interesses individuais homogêneos, sociais, difusos e coletivos", conforme dita o artigo 6º, VIII, "a", da Lei Complementar 75/93.**